

INTERCULTURALIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE- Mudança Social e Saber no campo das teorias e práticas do Serviço Social

Joaquim Paulo Silva^{1[1]}

“ À cultura global de hoje já não corresponde nenhum tipo humano, nenhuma figura emblemática, sejam mulheres ou homens, jovens ou velhos, habitantes de Nova Iorque ou de Paris ou do Rio ou de Calcutá. A destruição das mediações sociais deixa face a face a globalização do campo cultural e a multiplicidade inultrapassável dos actores sociais. A face oculta deste multiculturalismo é o risco de encerramento de cada cultura numa experiência particular incomunicável. Uma tal fragmentação cultural levar-nos-ia a um mundo de seitas e à recusa de qualquer norma social.”

Allain Touraine ^{2[2]}

Nótula Introdutória

1. Sociedade, Sujeito e Desmodernização

Existe, hoje, a convicção clara que atravessámos um período de crise antropológica global: *crise do conhecimento, espelhada numa crise social e por fim disseminada pelo sujeito ou actor social.*

A globalização, ou processo de “ governação económica-financeira-tecnológica e comunicacional”, à escala planetária, liderada pelos mecanismos de liberalização dos mercados e forçada pelas dinâmicas da acumulação das super- forças económicas e tecnológicas, acelerou um movimento, que já vinha caminhando desde o fim da primeira guerra mundial, mas se tornou mais claro após a Segunda guerra mundial e em particular, no fim dos anos 60: a *desmodernização* (Touraine, 1998).

Como o termo indica, significa a retirada do modelo, ou paradigma global de organização dos diversos sectores da sociedade, denominado de *modernidade*.

^{1[1]} Licenciado em Serviço Social pelo ISSSP; Pós-graduação em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Técnico Superior de Reinserção Social e Docente na Licenciatura de Serviço Social da Universidade Fernando Pessoa.

^{2[2]} In “Iguais e Diferentes – poderemos viver juntos?”. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Um modelo que acreditava, em *latu senso*, no progresso humano baseado na organização racional da sociedade, onde o Direito, a Economia, as Ciências, seriam o seguro desse capital de risco, representado pelo livre desenvolvimento de todas as necessidades e pelo equilíbrio entre o individual e o colectivo(ou social). Uma comunidade de cidadãos livres, governada pela razão(oposta à paixão), dirimidos os conflitos pelo direito(oposto ao caos e ou à exploração), gerida pela política(atraves dos Estados Democráticos de Direito), e «impregnada até ao cerne» pela ciência, mola do progresso(oposta à ignorância e sinónimo de regressão às primevas de exploração da crença humana).

Todo o modelo, equilibrado, como numa «balança», por um Estado Social, ou de “Providência”, regulador do processo de acumulação capitalista e das ambições proletárias.

O início da queda, ou “princípio do fim”, deste modelo, inicia-se nos anos 30 do século XX, pelo aparecimento em força do que Tourainne(1998: p. 41) designa como a “(...)autonomia crescente das forças económicas que escapam cada vez mais às regulamentações e às prioridades impostas pelos Estados”. A referida “autonomia crescente” coloca, a partir da década de 70 do mesmo século em causa os equilíbrios do modelo clássico da organização social moderna.

Primeiro, porque põe em causa o Estado enquanto instância, simultaneamente garantística, reguladora, equilibrada e securizante.

Segundo, porque põe em causa, também, a ideia de Estado como centro das relações sociais, da unidade das mesmas, pelas mediações entre os interesses colectivos(Estado- Nação) e os interesses individuais (identidades); da unidade entre espaço público e privado.

Terceiro, porque destrói o mito do Estado como correspondência a uma ideia política, ou melhor, ao que se convencionou denominar como “metanarrativas da modernidade”, que no imaginário dos cidadãos, permitia manter intacto o núcleo identitário, apesar de expurgadas as heranças comunitárias, tradições, ritos e influencias da religião na regularidade da vida profana. O progresso económico estava unido à cultura pelos vínculos das mediações político- ideológicas(proletariado, socialismo, social- democracia, liberdade, igualdade, fraternidade, livre- mercado, etc.).

É tão avassaladora, global, a autonomia da força da trocas, do mercado e do mundo financeiro, que ultrapassa a barreira dos Estados Nacionais, destruindo as

mediações sociais e políticas, abrindo um fosso entre economia e cultura, que antes permitia a integração na vida social.^{3[3]}

A supra referida autonomização dos mercados, da economia, concretizada pelo seu carácter global, opõe-nos, consumo e produção- o público e o privado, a economia e a cultura, as trocas e as identidades- o status e a liberdade de escolha; em suma dissocia dois universos, ou as duas culturas: das trocas e mercado- do das culturas e identidades(espço quotidiano e vivencial do sujeito). Dissociando, rompe os elos sociais, antes unidos pelo projecto da modernidade.

Ausentes, as mediações, o sujeito vê rapidamente afastarem-se, dentro de si, as identidades antes unidas, do mundo da produção e consumo, do contexto político-cultural em que se integram.

O sujeito, ou actor social, situa-se, não mais, dentro de um corpo, ou sistema social, mas num “campo de acção do mercado” (Touraine, 1998: p. 45), onde a forma como se situa no «jogo» social deve ser perspectivada, em função das possibilidades de estabelecer algum controle sobre mudança, numa sociedade em mudança^{4[4]}, ou ser triturado por ela e fique imerso numa situação de crise. Crise do sujeito.

Crise, tanto mais complexa, quanto, conforme supra verificamos, o sujeito, enquanto cidadão, não se define já pela família, pelo trabalho e ou pela educação, instâncias clássicas de socialização, mas oscila entre a rede complexa do mercado e das tecnologias de informação, onde necessita de mais e mais “inputs”, e a trama da tradição numa amálgama, entre a comunidade de pertença, a etnia, a religião, o género e os costumes. É o drama “em acção”, de uma busca do sujeito, da sua identidade, de uma quase impossível formação, pela divisão interna, pela dissociação dentro de si destes dois mundos: *dilacerado entre o mercado e as comunidades de pertença*.

O sujeito está em luta, em movimento, é ele próprio o cerne do “Movimento”, tentando resistir, em sofrimento; sofrimento que pode aparecer sobre diversas formas : depressão- pauperização material e espiritual- agressividade- violência gratuita- revolta organizada(ex: movimentos anti-globalização) e não organizada- angústia, etc. Um sofrimento “(...)tanto mais vivo, quanto mais a pobreza, a insegurança e a rejeição social

^{3[3]} A integração de todos estes elementos político- ideológicos na vida social era efectuada pelas instâncias integradoras e ou de socialização clássicas da modernidade, nomeadamente o trabalho, a educação, a formação, a justiça social, a família, o acesso à saúde, a habitação(exponentes concretos das mediações sociais).

^{4[4]} Realçamos que neste contexto de desmodernização a mudança é a palavra chave, em simultâneo com as palavras «ordem e desordem» como podemos perceber em Touraine(op. Cit., 1988: p. 45) “(...)ordem é substituída pela mudança como quadro de análise e de acção social, porque o campo de acção estratégica é um conjunto que muda constantemente de possibilidades, de hipóteses, de riscos...”.

tornam difícil a comunicação entre estes dois universos”(Idem, p. 83), do consumo mercantilista e da tradição.

2. Da Sociedade Multicultural à Resposta Intercultural e Transdisciplinar

2.1 A Sociedade Multicultural

Face ao descrito no anterior capítulo, surge evidente uma fragmentação identitária, com a deriva da modernidade, das suas instituições e mediações sociais. Tão mais perigosa, quanto assistimos, como sub- produto da globalização, à “sociedade multicultural”. Isto é, a aceleração das economias do “Norte e Ocidente” mundiais, com relação às demais economias de outros continentes e regiões(asiáticas; africanas; leste europeu; américa latina;), impulsionou uma nova e forte vaga de migrações, na exacta medida em que a “mundialização da exclusão”, e acumulação de riqueza nos países pertencentes ao primeiro grupo, colocou milhões de seres humanos entre a “Espada de Damócles”, nos seus países ou regiões de origem «ficar ou morrer na lenta agonia da pobreza e da fome».

Num universo social onde a s questões da cultura e das identidades são fulcrais, para a própria existência civilizacional, estes emigrados da “terceira vaga”^{5[5]}, da economia global de mercado, são confrontados, por um lado, com processos de exclusão “naturais”, advindo do desconhecimento das ferramentas educacionais, profissionais, burocráticas e institucionais do país que os acolhe, em simultâneo com processos de exclusão culturais, de hostilização ou de indiferença a que são votados pelas comunidades onde aportam; elas, também, por sua vez, inseguras, no seio de um processo de mudança global.

Os sujeitos destas diversas comunidades confrontam-se, quotidianamente, e nas organizações que aparecem ora em defesa dos direitos dos emigrantes, das minorias étnicas, das identidades culturais específicas, ora outras, que se fecham sobre as suas

^{5[5]} Toffler (2000), associa a Segunda vaga tecnológica à Revolução Industrial, com as migrações de colonização, e a terceira vaga a uma aceleração tecnológica informacional, global e social imparável, que transformam o mundo e pressionam, quer as culturas da modernidade, quer as culturas remanescentes da modernidade, produzindo migrações inversas, dos ex-países colonizados, ou em «vias de desenvolvimento», para os países ditos desenvolvidos, criando, também, uma nova vaga de migrações.

comunidades, num perigoso de defesa de um fundamentalismo cultural, religioso, nacional, étnico.

Aos emigrados, na linha transversal de duas culturas, juntam-se outras exclusões, também elas constituindo-se em sub-culturas marginais(os sem trabalho, sem abrigo, toxicodependentes, os gangs de jovens, os diferentes, as mães solteiras, os idosos).

O risco que refere Touraine(1998), de “encerramento da cada cultura numa experiência particular e incomunicável(...)num mundo de seitas e à recusa de qualquer norma social”, é real, fruto da dessocialização e da incapacidade, nos Estados Democráticos Ocidentais, de passarem da mera enunciação de um conjunto de leis e Instituições sob os princípios da tolerância cultural e da participação multicultural, para uma prática efectiva político-cultural concomitante com estes enunciados.

As Instituições políticas já não surgem com a capacidade de intervenção e reconhecimento simbólico suficiente para articular o “mundo força dos mercados”, com o “mundo fragmentado dos sujeitos e das culturas”. Situam-se numa encruzilhada de caminhos, “(...) entre uma democracia cultural que reconhece o pluralismo cultural (e os direitos das minorias) e o integrismo comunitário que identifica um poder com uma sociedade e uma cultura.”(Idem: p. 223).

Um conjunto de equívocos enferma este processo de relacionamento intercultural na nossa sociedade, comuns às da Europa Ocidental.

- Primeiro, sociedades abertas como as nossas, funcionalmente abertas pelo mercado, e ideologicamente abertas pela democracia política, têm de funcionar como sistemas “autopoiéticos”^{6[6]}, i.é., capazes de se renovarem, restabelecerem, e, portanto, nunca poderão corresponder a um sistema unitário total, ao nível cultural, porque em permanente construção e reconstrução do seu “pathos” e do seu “ethos”, através da integração de novos elementos, ou “inputs” culturais, oriundos da uso da Língua, dos costumes, tradições e culturas que interagem no seu seio, ou pelos próprios média(informática inntegrada), que introduzem no seio das comunidades, escolas, famílias, padrões “hiper

^{6[6]} Cit. in Lazlo (1994), este conceito que “migra”, no nosso texto, das teorias biológicas do “terceiro estado”, sobre a forma como a vida se organiza, retomando as ideias de Humberto Maturana e Francisco Varela(citados no mesmo texto) sobre os sistemas abertos, em particular, as células, os órgãos, os organismos, e os grupos e as sociedades!...

mundiais”, formatados para caber em todas as culturas, subrepticamente ou em força, que modificam padrões, mas que geralmente são “outsiders” culturais.

- Segundo, a ideia de retorno a uma identidade de valores, ou culturas comunitárias arcaicas, tradicionais, é assaz perigosa, porque põe em causa os fundamentos democráticos e de liberdade das Nações que se regem por estas padrões, como as da União Europeia, e claro Portugal, dado que pressupõe “a existência de um poder absoluto, que impõe normas jurídicas, o respeito das regras de vida colectivas e um sistema de educação”(Touraine, 1998: p. 225).

De todo, quer o apelo às identidades e culturas nacionais, quer a imposição de uma tradição comunitária(religiosa, mística, ideológica), não podem ser respostas sócio-político-culturais em sociedades multiculturais como as nossas, abertas às inferências e interferências de todos os sujeitos em acção e, em particular, sem as mediações sócio-ideológicas-institucionais da modernidade, sob o risco da aniquiliação do “outro”, quer na real acepção do termo, quer de um modo subjectivo, pela anulação da sua cultura, pela sua amorfização, ou pelo empurrão para as margens, a revolta, o fanatismo e fundamentalização de simbólicos identitários.

A sociedade multicultural, para existir enquanto tal, e não numa confusão fragmentária, ou num pretenso “melting-pot”, deverá combinar a própria essência da sua existência, enquanto democracia política e luta pela defesa, liberdade e identidade do sujeito, com a “libertação” deste da dilaceração cultural, que vive, entre o mercado e a tradição(seja esta qual for, mesmo a herdada da modernidade).

Livre construção da vida pessoal, sem apelos à razão, ou à transcendência mas na resistência à colonização cultural de um modo de vida de mercado, consumista, imposto pela globalização, religando a fractura entre sociedades, mundo e vida pessoal. Como refere Touraine(1998, p 228)“A comunicação intercultural só é possível se o sujeito conseguir previamente desligar-se da comunidade.”. Só deste modo, libertos podemos compreender o “outro”, enquanto «sujeito outro», sem medo, sem receios ou inseguranças.

Uma Sociedade Multicultural mas com deficiências nas relações interculturais; uma sociedade onde os sujeitos vivem dilacerados entre as trocas, o consumo, em suma o Mercado e a sua identidade, a sua cultura, o seu cerne pessoal,

a sua intimidade; uma sociedade sem mediações, onde cresce o fosso entre os cidadãos integrados e os excluídos - os não cidadãos- ou como Dahrendorf (1996) intitula os “underground”, uma percentagem cada vez maior da população mundial que perdeu o contacto com a esfera da cidadania; é uma sociedade ferida.

A resposta, ou melhor, as potenciais respostas, consistem sobretudo em religar, reunir o espelho poliédrico em que nos transformamos, se transformaram as sociedades, :

(...) reunir o que foi separado, em reconhecer o que foi recalcado e reprimido, em tratar como parte de nós mesmos o que havíamos rejeitado por ser estrangeiro, inferior ou tradicional.”(Tourraine, Op. Cit.: p. 240).

E tudo isto exige uma nova Intervenção Social, nomeadamente aquela que se fundamenta num campo profissional tão vasto como o Serviço Social, fundada numa estratégia simultaneamente requalificante e dignificante, com a inserção fundamental de metodologias de carácter Intercultural, e numa lógica interpenetrada dos diversos saberes, Transdisciplinar.

2.2 A Resposta Intercultural e Transdisciplinar

2.2.1 Uma Metodologia de Aproximação Intercultural- Conceptualização

a) O Intercultural e o Serviço Social

As questões colocadas pelas Sociedades Multiculturais, Pós-Industriais, aos regimes políticos democráticos, só nas últimas décadas principiaram a Ter eco, na forma de produção intelectual, dos investigadores, técnicos, trabalhadores sociais os mais diversos, e na intervenção política reorientada para padrões sociais pluriculturais(Lynch, 1986: 3).

Em Portugal, como nos afirma Carlos Cardoso(1996: 22), a percepção mais vinculada sobre a importância das questões inerentes à multiculturalidade, nomeadamente das relações entre culturas, foram insípidas até à década de 90, “ Só em 1991 foram tomadas as primeiras medidas legislativas com carácter multicultural”(Idem: 23),

particularmente focalizadas no sistema educativo. Apesar de, desde os fins dos anos 80, a emigração proveniente das ex-colónias, assumir já o carácter de problema de integração social, nomeadamente no concerne à fixação de bolsas urbanas compostas por estas minorias, vivenciando situações de exclusão e marginalidade social. Em simultâneo com a ocorrência de fenómenos sociais concretos de racismo, esporádicos, mas resistentes, denunciadores de uma necessária atenção ao nível das políticas, das investigações e práticas técnicas de intervenção nas relações interculturais.

A definição de metodologias de Intervenção Intercultural como instrumento, simultâneo, de integração das culturas migrantes e de aproximação entre culturas (autoctones e migrantes; e entre as diversas culturas migrantes), é transversal às várias formas e ou disciplinas que se reclamam do Trabalho Social, mas relevam da máxima importância para os profissionais de Serviço Social, historicamente «engajados» numa intervenção multisectorial ao nível social, mas de comum situada em processos de pobreza/exclusão social, marginalidade, na promoção de condições que permitam o exercício autónomo da cidadania, no melhor acesso às Intituições do Estado Providência, situações onde por norma se encontram os grupos, os indivíduos e as comunidades migrantes, ou minorias étnicas e raciais.

Envolvidos, também, os Assistentes Sociais, ao nível da sua «práxis», em múltiplas instituições públicas e privadas, desde a educação, saúde, justiça, trabalho e segurança social, projectos de desenvolvimento comunitário, acessoria técnica, gestão, promoção e desenvolvimento de programas de política social, são a primeira linha de contacto, muitas das vezes, no relacionamento com as comunidades "diferentes", em termos culturais.

Apesar de unidos, no plano ético e teórico de métodos e técnicas de ajuda, apoio, intervenção planeada, , baseados nos valores do "(...) respeito pela pessoa , sua visão do mundo, seu sistema de valores, suas necessidades..."(Émerique, 1990), e de "(...) promover a faculdade de autodeterminação, adaptação e desenvolvimento das pessoas.(...) facilitar a informação e ligações sociais com os organismos de recursos sócio-económicos..."(Caparrós, 1994), no entanto, as mudança societais fragilizantes das mediações e elos sociais, obrigam os profissionais a uma readequação metodológica e técnica, face aos novos desafios teóricos, reais, metodológicos e técnicos colocados pela "dilaceração do sujeito", pelos "cortes sociais".

Dignificar, juntar as peças de um espelho social poliédrico, onde os sujeitos, quer enquanto indivíduos, quer enquanto grupos e ou comunidades, estão mergulhados, num libelo acusatório mútuo, que as narrativas monolíticas da dialéctica, do construtivismo, e de um vago apelo à participação pura e simplesmente não resolvem.

b) Pressupostos Para Uma Metodologia de Aproximação Intercultural- Conceptualização

Os equívocos, sobre os quais escrevemos, no início deste capítulo sobre as relações interculturais, nas nossas sociedades multiculturais, não só actuam aos níveis macro sociais, das comunidades e dos grupos, como nos níveis micro sociais, das relações interpessoais, nomeadamente nas relações que se estabelecem entre os Assistentes Sociais e os utentes que os procuram no quotidiano do exercício da sua actividade num contexto institucional, técnico, em comunidades, em grupos, ou no «confronto» individual.

A estes equívocos, Emériquer(1990: 9), define-os tecnicamente como filtros culturais de distorção comunicacional, existentes nas relações interculturais, geradores de “mal entendidos, incompreensões e percepções unidimensionais do outro”.

No contexto de uma “perspectiva situacional” (Ibidem)^{7[7]}, a relação entre o profissional e os utentes dos diversos serviços, provenientes de uma cultura, ou sub-culturas diferentes, não se inscreve num vazio cultural, num espaço/tempo neutros. Está ancorada em situações e contextos, marcados pela história, economia, política e pelas conjunturas, onde os actores se inscrevem numa interacção, não só onde estão presentes dois seres humanos, duas pessoas de culturas(“ad principium”) diferenciais, mas partindo de uma ante valorização social sobre maior ou menor importância, atribuída pela sociedade a cada uma das culturas de que são expoentes e portadores. Criando, em

^{7[7]} A Perspectiva Situacional remete-nos para o facto de uma relação entre duas pessoas nunca partir de um zero absoluto, ao nível sócio- cultural, mas terá que ser situada em função da situação que os actores possuem no momento, nomeadamente nos contextos familiares, culturais, históricos, económicos, estatuto, funções sociais, riqueza/pobreza, etc.

cada actor, estratégias e dinâmicas mais ou menos, defensivas e ou ofensivas, onde se inscrevem situações de poder e dominação, de inferioridade e superioridade.

Tudo o descrito surge em simultâneo com a própria subjectividade inerente à personalidade do(s) indivíduo(s) que se apresentam numa relação de ajuda, aportando as suas próprias ansiedades, expectativas, e mesmo uma interiorização muito própria da relação entre o seu contexto cultural e a relação com o contexto cultural exterior.

Uma Relação Intercultural, mesmo aquela com origem numa actividade profissional, como a do Serviço Social, poderá assentar em níveis comunicacionais/relacionais desnivelados, herméticos(muitas vezes de modo não perceptível) originando os “ditos”, filtros culturais e distorções que podem arrasar a validade de qualquer Intervenção Social em contextos multiculturais.

Emérique(Ibidem), define três, os níveis de filtros e distorções que poderemos encontrar:

1º- De ordem cognitiva e afectiva: As representações, os estereótipos, os a-priori que nos envolvem relativamente a um grupo étnico, a um país, a uma região, e que se situam no plano das nossas representações interiorizadas, pela história e cultura das relações entre as duas culturas, estão na origem de incompreensões, mal-entendidos, mau grado toda nossa ampla disponibilidade de abertura e tolerância que pensamos ser possuidores.

2º- De ordem pessoal e ou institucional: São as representações advindas dos nossos próprios modelos elaborados de “motus individualis”, depois do crivo da socialização, e dos próprios modelos imanados pelas Instituições onde exercemos actividade profissional, e com as quais, muitas vezes, nos identificamos, anulando a elaboração crítica necessária, e que ordenam a nossas relações interculturais com os cidadãos que apelam nos serviços: os modelos familiares, os papéis masculino e feminino, a educação das crianças, uma certa imagem do que se considera a “boa inserção social”. Conduzem-nos, na avaliação das situações em concreto, a «olhar os outros pelo olhar de cultura ocidentalizada, institucional, padronizada, ao nível dos comportamentos culturais, sexuais, educacionais, entre outros.

3º- Modelos Técnico- Profissionais: O terceiro grupo de filtros concerne com os próprios modelos técnico- profissionais, derivados de um saber científico do campo das Ciências Humanas e Sociais. Isto é, uma certa absolutização, universalização destes saberes, impondo-os sobre outros saberes e outras culturas, que minorizamos simplesmente porque não utilizamos os mesmos parâmetros de avaliação.

O reconhecimento, destes obstáculos reconduz-nos para a definição de uma Metodologia que vise esta superação, tendo por base que, o “processo de ajuda no Trabalho Social deve ser entendido como um conjunto de acções(objectivas e subjectivas) de reconhecimento do outro nas suas identidades múltiplas e complexas”(Emérique, 11), numa atitude de abertura completa, de Aproximação intercultural.

Metodologia de Aproximação Intercultural

Esta Metodologia, seguindo o projecto proposto por Emérique(ibidem: 12), desenvolve-se em três níveis, como etapas de Aproximação Intercultural, permitindo, no final do desenvolvimento de um processo de Intervenção Social Intercultural:

1º- A descentração : A descentração consiste num distanciamento sobre nós próprios, dos nossos valores, dos nossos costumes e hábitos culturais, tomando consciência, ao mesmo tempo, por confronto com o outro, quais são as minhas referências ideológicas, assumindo uma atitude crítica e descentrada de si.

E esta descentração tem de começar a funcionar no primeiro embate com o outro, com os seus comportamentos “estranhos á nossa identidade”, ajudando-nos a reflectir e enquadrar a relatividade dos nossos quadros culturais, por comparação com os do outro.

É um esforço de rotação sobre nós, no sentido de sairmos para fora, de passar para o ponto de vista do outro, que, também, nos analisa com os seus instrumentos e ferramentas culturais, conduzindo-nos à segunda etapa metodológica.

2º A penetração no sistema cultural do outro/ apropriação da sua cultura:

Ou seja, um processo de penetração e descoberta dos sistema de referência do *outro*. Um sistema composto não só pela cultura de origem, mas também, por uma dinâmica evolutiva ligada à própria migração (de interconexão cultural), e pela dimensão individual de assimilação deste processo de mutação.

Penetrar no seu sistema de referência para ver o mundo do ponto de vista deste.

3º A negociação : Precisamente porque é capaz de se descentrar e de penetrar no sistema cultural do outro é que o Assistente Social poderá assumir uma posição de charneira nos processos de mudança social que envolvem as populações migrantes em situação de exclusão e que necessitam de quadros de resolução dos problemas, de participação na vida social no país de acolhimento.

O Assistente Social assume, então, um papel decisivo de negociação entre as normas do migrante e do país de acolhimento, na medida em que elas se chocam e confrontam, gerando os tais processos de exclusão e marginalização social do migrante.

A negociação consiste em procurar um mínimo de consenso, um compromisso entre estes dois pólos, preservando as identidades da estrutura minoritária.

Só possuindo, nos seus quadros referênciais, as duas atitudes anteriores, descentração e apropriação cultural, é que o Assistente Social poderá evitar impor modelos, pensando que está a actuar do modo mais técnico/científico possível, dado que na sua relação se situa nitidamente como pertencente ao grupo sócio-cultural dominante e, portanto, assume um posicionamento superior na relação de ajuda com o indivíduo da comunidade migrante.

Uma atitude de mudança social que pretenda impor modelos- como hábitos alimentares, educativos ou outros – porá o outro na defensiva e não permitirá estabelecer uma relação de ajuda e proximidade, nem possibilitará o cumprimento dos objectivos do Serviço Social, no combate à diversidade de situações de marginalidade e exclusão social.

2.2.2- A Resposta Transdisciplinar

À introdução de instrumentos *metodológicos interculturais*, deve corresponder um a reformulação da forma como a “Modernidade”, hierarquizou, ou diferenciou os

diversos saberes/conhecimentos, i. é., é necessário transformar a atitude técnica, pura, vinculada, muitas vezes a um excesso de ciência, *cientifismo*, para uma atitude de abertura e correlação entre as diversas disciplinas científicas e com as demais diversas formas de conhecimento humano, como as humanidades, os estudos culturais, éticos, da história espiritual e até do conhecimento do próprio senso-comum.

Esta situação é tão mais urgente, quanto, a fragmentação do conhecimento “(..) em mais de três mil disciplinas e umas oitocentas interfaces” (Weil, 2002), criou uma verdadeira torre de babel do conhecimento, um espelho poliédrico onde o saber se perde nos interstícios desse espelho, numa justaposição de conhecimentos, como se o cosmos, o planeta, a natureza, o ser humano, correspondessem não a um todo orgânico, mas exactamente a uma montagem fusional, capaz de ser discernível pela divisão e especialização disciplinar ilimitada.

Perdeu-se a visão global do homem, num mundo, por oposto, em plena globalização, e num “universo” do saber científico, que apesar do seu sucesso tecnológico-genético-bioquímico, e em resultado do mesmo pôs em causa a maior parte das teorias científicas herdadas do século XIX, grosso modo, potivistas e mecanicistas, multiplicando-se no seu seio anomalias, cujos campos epistemológicos, paradigmáticos e teóricos demonstravam incapacidade em resolver, presos a esse olhar do saber, funcional, mecânico, a que algum dia o socio/cultural haveria de chegar.

As questões sociais, multiculturais, a procura de respostas integradas, necessárias a uma nova visão, a uma nova intervenção face a novos problemas, que supere dicotomias, que impede esse novo “olhar” adaptado à complexidade e simultaneamente a um entendimento dos problemas como micro e macro, locais e globais, conduziu à busca de novos paradigmas, que possam dar uma certa unidade a teorias diferentes, ultrapassando divisões disciplinares artificiais, e conduzam a uma nova forma de entendermos o conhecimento, nomeadamente o científico, retirando-o do pedestal a que se alcandorou, tão longe dos Cidadãos-Sujeitos, que no início pretendia servir, devolvendo-o exactamente às pessoas, capaz de oferecer sentido, valor e comunidade, elementos chave para sair da dilaceração quotidiana, e unir tecnologia e cultura, reconstruindo a humanidade.

A resposta transdisciplinar parece-nos, exactamente, um novo entendimento sobre o saber, o conhecimento, importante e complementar da abordagem metodológica intercultural, e, para além, introduz noções que podem permitir

ultrapassar as dicotomias da Ciência Moderna, como, p.e.,: sujeito/objecto; natural/social; conhecimento científico/outros conhecimentos; ciência/cultura.

Transdisciplinaridade é um termo introduzido, em meados do século XX, por Jean Piaget e adoptado por Janch (Nicolescu, 2000), como forma de se distinguir e superar os termos pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, já então utilizados, como prática comum entre cientistas e nas academias universitárias, cōncios da necessidade de ultrapassar a excessiva disciplinarização da ciência, e como tentativas de abarcar a complexidade do conhecimento que ia avançando com as sucessivas revoluções, dos quanta, da biotecnologia, da astrofísica, da ecologia, da neuropsicobiologia, etc.

Para compreendermos a abrangência do termo, melhor, do “movimento transdisciplinar” (Idem), devemos primeiro perceber o significado dos complementares, pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade.

Segundo B. Nicolescu (Idem: 34), pluridisciplinaridade, concerne ao estudo de um determinado objecto, de uma mesma e única disciplina, por várias disciplinas ao mesmo tempo. Por exemplo, um comportamento humano pode ser objecto de estudo, em simultâneo, pela antropologia, pela sociologia, pela etnologia, pela biologia, pela psicologia, e até pela história. A interdisciplinaridade possui um escopo diferente, direccionando-se para a transferência de métodos de uma disciplina para a outra.